

CONSTITUINTE

que pagó
Macedo lança uma campanha para emenda popular por diretas

por Zanoni Antunes de Brasília

Uma emenda popular pedindo eleições presidenciais para o ano que vem, com cerca de 10 milhões de assinaturas, é a campanha a que se propõe um grupo de pemedebistas, liderado pelo deputado Osvaldo Macedo (PR), para ser enviada à Assembléia Nacional Constituinte. Esses pemedebistas esperam contar com a ajuda de entidades civis como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O deputado Osvaldo Macedo informou na última sexta-feira que já havia entrado em contato com o presidente da OAB, Thomas Bastos, que ficou de analisar a proposta no âmbito da sua entidade, bem como entrar em contato com a direção da ABI.

A batalha, nas ruas, pelas assinaturas

"Olha aí, olha aí. São as emendas populares. Tire o título de eleitor da bolsa e dê uma paradinha". "O povo vai por seu dedão na Constituinte. Assine as emendas populares". Com slogans desse tipo, muitos militantes de partidos e entidades sindicais transformaram-se na última sexta-feira, em Brasília, verdadeiros camelôs de emendas populares que serão encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, possivelmente no próximo dia 12 de agosto, informa a Agência Globo.

O calçadão que liga o Conjunto Nacional à estação rodoviária, onde milhares de pessoas circulam diariamente, ficou tomado por dez banquinhas improvisadas com cavaletes e tábuas, nas quais os militantes colhiam assinaturas pa-

"Em vez de irmos a reboque dos outros partidos em comícios, vamos fazer uma campanha nacional por uma emenda popular com 10 milhões de assinaturas", anunciou.

A idéia de uma campanha de coleta de assinaturas para ser enviada à Constituinte, pedindo eleições para presidente da República em 88, surgiu durante uma reunião, na última sexta-feira, na casa do deputado Euclides Scalco, membro da executiva do PMDB.

Da reunião participaram o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, os deputados Antônio Brito, Antônio Perosa, Robson Marinho, Paulo Macarini, Antônio Mariz, Vasco Alves, Nelson Aguiar, Cássio Cunha Lima, Roberto Brandt, Geraldo Alkimin e Osvaldo Macedo.

ra 13 emendas populares. Quem parava estava disposto a colaborar. Só não assinava se não estivesse com o título de eleitor.

É que o número do título, por exigência do regimento da Constituinte deve figurar ao lado do nome do eleitor, da sua assinatura e endereço. Não é esta a única exigência: cada eleitor só pode assinar um máximo de três emendas, por isso estrategicamente, a coordenação regional de articulação nacional de entidades pela mobilização popular na Constituinte — que na sexta-feira realizou o dia nacional de coleta de assinaturas em todo o País — procurou colocar em cada banca três emendas.

As assinaturas poderão ser colhidas até o próximo dia 1º nos Sindicatos, sedes de partidos e de centrais sindicais.

"Parlamentarismo também nos estados"

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

Parlamentarista convicto, o governador de Goiás, Henrique Santillo, acha que esse é o sistema de governo ideal, inclusive para os estados da Federação. "Defendo que a Constituinte transfira o parlamentarismo também para os estados, o que significará um aprimoramento da prática de governo em nosso país", afirmou o governador a este jornal.

"Dizer que o País e os partidos políticos não estão maduros, é uma falácia", assinalou. Santillo analisou que o parlamentarismo "não é apenas a solução diante das dificuldades políticas momentâneas, e sim a forma de governo capaz de evitar o populismo, de dar estabilidade política e de fortalecer o Congresso Nacional e os partidos políticos através da prática".

O presidencialismo, segundo Santillo, "propicia o fisiologismo", tanto no governo federal quanto nos governos estaduais, onde acontecem contratações nem sempre necessárias. Pelos seus cálculos, por exemplo, Goiás tem um 'excesso' entre 30 mil e 40 mil funcionários que precisa ser "enxugado".

O estado "deve ter um corpo público profissional que dê continuidade à administração pública inde-



Henrique Santillo

pendentemente das variantes políticas", acrescentou o governador.

ESTADO DE TOCANTINS

Uma pesquisa encomendada pelo governo de Goiás demonstrou que 83% da população é a favor da criação do novo estado, 10% não tinha opinião e "apenas" 7% foi contra, contou o governador. "De todas as propostas que estão na Constituinte criando estados, a de Tocantins é a única que tem apoio dos dois lados e a unanimidade favorável da Assembléia Legislativa de Goiás", assinalou.

Santillo explicou que, se criado, o futuro estado ficará com aproximadamente 60 municípios e 286 mil quilômetros quadrados.

No Rio, manifestação para atrair eleitores

por Riomar Trindade do Rio

Pacífica e abrangente. Esta a definição do tenente-coronel da Polícia Militar, Celso Manuel dos Anjos, sobre a manifestação em defesa das "emendas populares" na Constituinte, realizada sexta-feira na avenida Rio Branco, coração financeiro do centro do Rio.

Ele, no comando de quinhentos policiais militares — encarregados de "dar segurança aos manifestantes e auxiliar no escoamento do trânsito", conforme sua própria afirmação —, mostrava-se impressionado com a diversidade de siglas tremulando nas bandeiras que coloriam a avenida. Com efeito, a passeata, encerrada com um "showmício" na Cinelândia, exibiu faixas e bandeiras múltiplas, desde "marinheiros sem anistia, Constituinte sem soberania" até a do obscuro sindi-

cato rural de Itaguaí, município do litoral sul fluminense.

OS PACIFISTAS

Parlamentares do PT, do PDT, do PSB e do PMDB (o coronel PM e deputado constituinte Paulo Ramos), em meio a centenas de faixas e bandeiras anunciando a presença de uma infinidade de sindicatos e de entidades da sociedade civil, participaram da manifestação, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, segundo cálculos da Polícia Militar.

Uma bandeira, de 21 metros de comprimento por sete de largura, com a palavra "paz", chamou a atenção pelo inusitado na Rio Branco: trata-se de organização de artistas e pacifistas em defesa dos "meninos de rua" (pivetes ou trombadinhas). O movimento negro pediu o "corte de relações com a África do Sul" e o de mulheres "direitos iguais e respeito à criança".